

QUAL É A NATUREZA DO CURRÍCULO ESCOLAR?

ROMILSON LUZ VIEIRA

Discente | Curso de Licenciatura em Filosofia
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Contato: romilsonlv@gmail.com

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise sobre o currículo escolar, tendo como referencial teórico a obra *O currículo: uma reflexão sobre a prática*, de autoria de José Gimeno Sacristán, através da qual o autor nos oferece uma reflexão sobre a prática e não sobre uma lista de conteúdos que serão ofertados aos discentes em formas de disciplinas.

Palavras-chaves: Currículo. Política. Identidade. Prática. Formação.

146

1. INTRODUÇÃO

Para introduzir o tema do presente artigo, afirmamos algo a tese central: o currículo escolar é um instrumento político. A reflexão que se seguirá a partir daí revela que ao longo dos anos o conceito de currículo e suas características passaram por diversas adequações quanto à sua finalidade que é a de formar cidadãos críticos e capacitados que participem de forma ativa no enfrentamento aos desafios existentes no mundo. Tendo como referencial teórico a obra *o currículo: uma reflexão sobre a prática*, de autoria de José Gimenez Sacristán, apresentaremos uma reflexão sobre a prática de ensino ao longo da vida acadêmica.

O entendimento que se tem a partir do pensamento de Sacristán é que a compreensão do currículo deve ser observada como uma práxis social, que envolve tanto contextos políticos bem como culturais, podemos entender ainda o currículo na perspectiva de um espaço de disputas simbólicas que estão em constante transformações, se

modificando e se adequando em meio ao processo construtivo de uma identidade social.

A reflexão sobre o tema proposto se mostra relevante, diante a necessidade de repensar o papel dos agentes envolvidos no processo educacional, tais como professores, alunos e autoridades ligadas à educação diante das novas exigências curriculares que se apresentam ao longo dos anos. Ao refletir sobre a natureza do currículo estamos não apenas buscando compreendê-lo como um instrumento de regulação e sim, como um campo de mediação que envolve a política a prática e a identidade.

2. CURRÍCULO: UMA REFLEXÃO CONTÍNUA

A reflexão analítica que Sacristán faz sobre o currículo vai além do que é apresentado ao longo da história da educação, por se tratar, como afirma o autor de uma novidade: “o currículo é um conceito de uso relativamente recente entre nós” (SACRISTÁN, 2000, p. 13). Essa afirmação pode ser compreendida como um contraponto ao que tradicionalmente é replicado sobre o termo currículo, uma vez que este assunto é frequentemente apresentado como uma lista de conteúdos e disciplinas a serem ensinadas no ambiente escolar. Ele constata uma falha em entender o currículo inadequadamente:

Nossa cultura pedagógica tratou o problema dos programas escolares, o trabalho escolar, etc, como capítulos didáticos, mas sem a amplitude nem ordenação de significados que quer sistematizar o tratamento sobre os currículos (SACRISTÁN, 2000, p. 13).

Olhar profundamente para a prática, bem como para a realidade a qual se encontra e a qual se refere o currículo, faz com que, compreendamos que este deva ser entendido como uma prática social que envolve tanto um planejamento quanto uma execução levando em consideração a realidade dos entes envolvidos.

Esta perspectiva, nos propõe a entender o currículo como um elemento mais complexo, que exige um olhar atento, que nos leve a uma reflexão mais profunda e que evidencie que este ao longo da história se adapta aos interesses e valores construídos por cada sociedade em seus períodos históricos.

Reconhecer a sua historicidade levando em consideração a sua adaptabilidade em cada época e em cada contexto, deixa-nos claro que o processo construtivo do conhecimento se adequa de acordo às necessidades, as ideologias, bem como as concepções próprias da educação que se pratica em cada momento histórico. É por este motivo que o conceito de currículo aqui exposto é visto como um documento recente e que não pode, em hipótese alguma, ser considerado como algo neutro. Ao currículo estão atreladas as relações de poder e as relações de disputas em torno do conhecimento escolar.

O valor de qualquer currículo, de toda proposta de mudança para a prática educativa, se comprova na realidade na qual se realiza, na forma como se concretiza em situações reais. O currículo na ação é a última expressão de seu valor, pois, enfim, é na prática que todo projeto, toda ideia, toda intenção, se faz realidade de uma forma ou outra; se manifesta, adquire significação e valor, independentemente de declarações e propósitos de partida. Às vezes também, às margens das intenções, a prática reflete pressupostos e valores muito diversos. O currículo, ao se expressar através de uma práxis, adquire significado definitivo para os alunos e para os professores nas atividades que uns e outros realizam e será na realidade aquilo que essa depuração permita que seja (SACRISTIÁN, 2000, p. 201).

Por meio desta perspectiva, podemos observar que o currículo deixa de ser concebido como um mero instrumento técnico que viabiliza a transmissão de conhecimento e passa a ser visto como um processo dinâmico na construção e na elaboração de novas ideias e de novos significados.

3. PERCEPÇÕES HISTÓRICAS DO CURRÍCULO

É observável, por meio do desenvolvimento histórico que as relações culturais e políticas sempre se relacionaram com os interesses de determinados grupos dominantes e que este modelo de pensamento, passa de geração em geração replicando tais sistemas em que as relações de poder continuam a selecionar e organizar os modelos de educação e o que ensinar nas salas de aula.

De forma sucinta, podemos verificar que na Antiguidade, o modelo de currículo era tido como um privilegio das classes abastadas e que sua finalidade era capacitar o indivíduo a vida pública. Como a educação era privilegio para quem detinha um poder aquisitivo que lhe permitisse dedicar tempo para o estudo, este era também um mecanismo de exclusão.

No período da Idade Média, como é retratado por diversos livros de história, o currículo passa a ser dominado pelos interesses da igreja, que determina quais conteúdos pode ou não ser levados ao conhecimento dos indivíduos. Neste período histórico o currículo é tido como um mecanismo de manter a ordem social evidenciando uma perspectiva religiosa, onde a espiritualidade reforçava a submissão no poder da autoridade da igreja que refutava veementemente a posição do pensar crítico. 149

Com o Iluminismo é possível observar que houve uma inclusão dos saberes científicos ou do conhecimento racional. Mas apesar de tal feito o acesso a tais conhecimento continuavam desiguais, pois nem todos tinham tempo para se dedicar aos estudos, uma vez que, o fator sobrevivência para a grande maioria da população é o que imperava. Esta percepção entre o estudo e a sobrevivência não mudou muito com o passar dos tempos, o que se nota, é uma outra roupagem quanto aos moldes de distinção social e dos seus discursos muitas vezes falaciosos.

É no período da Revolução Industrial, que se mostra mais evidente o uso do currículo para as necessidades do capitalismo. Isso porque há uma necessidade de capacitar indivíduos para o processo produtivo industrial, mas o conhecimento aqui como em outras épocas é apenas funcional e não crítico.

Verifica-se que ao longo destas trajetórias que a compreensão e entendimento no que diz respeito sobre o currículo, é que ele se apresenta como uma ferramenta que se molda e se reconstrói nas relações e interações com finalidades e interesses específicos. A contribuição de Gimeno Sacristian acerca do entendimento do currículo, se destaca ao refletir que o currículo vai além dos documentos oficiais.

Para o autor é na prática do cotidiano, é no dia a dia que o currículo de fato se concretiza, possibilitando a análise das disputas quanto os argumentos, evidenciando o confronto das ideologias e das disputas políticas, revelando os interesses inerentes ao próprio conceito do currículo.

4. O CURRÍCULO E AS BASES OFICIAIS

Para entender o currículo na contemporaneidade é preciso também analisar os planos normativos que aí estão postos e que podemos ter acesso por meio dos dispositivos legais. Um destes dispositivos é a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC) que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo dos conteúdos e do ensino essencial aos alunos no decorrer do seu ciclo educacional. 150

O currículo não pode ser visto apenas como um texto prescritivo ou regulador é de fundamental importância, para que não limite a dimensão formativa e cultural das diversidades culturais existentes em nossos ambientes escolares e que é próprio do nosso país (Brasil). A identidade do povo brasileiro é composta por diversos grupos sociais que trazem consigo suas identidades, culturas e ancestralidades.

É também por isso, que percebemos que o que está em jogo ou no centro das discussões não é apenas o “que ensinar”, ou o “por que”, mas “para quem” e “como” ensinar. Fica claro, que o currículo é um projeto que envolve, que organiza e que seleciona determinados conhecimentos e saberes para serem passados como sendo os corretos e que devam servir de exemplo para as futuras gerações, reproduzindo assim um ciclo que representam as relações de poder e de valores dominantes que vão além do campo educacional.

Ampliando a discussão sobre o tema, é relevante a reflexão realizada por Tomaz Tadeu da Silva, que traz em sua obra, *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*, uma abordagem sobre as teorias do currículo que nos aponta, que com o passar do tempo tanto as técnicas como as perspectivas tradicionais no que tangem o que ensinar se apresentariam cada vez mais complexas.

A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria do currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. De uma forma mais sintética a questão central é: o quê? Para responder a essa questão, as diferentes teorias podem recorrer a discussões sobre a natureza humana, sobre a natureza do conhecimento, da cultura e da sociedade. As diferentes teorias se diferenciam, inclusive, pela diferente ênfase que dão a esses elementos. Ao final, entretanto, elas têm que voltar à questão básica: o que eles ou elas devem saber? Qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerado parte do currículo? A pergunta “o quê?”, por sua vez, nos revela que as teorias do currículo estão envolvidas, explicita ou implicitamente, em desenvolver critérios de seleção que justifiquem a resposta que darão aquela questão. O currículo é sempre o resultado de uma seleção; de um universo mais amplo de conhecimentos e saberes seleciona-se aquela parte que vai constituir, precisamente, o currículo. As teorias do currículo, tendo decidido quais conhecimentos devem ser selecionados, buscam justificar por que “esses conhecimentos” e não “aqueles” devem ser selecionados” (SILVA, 2011, p. 14-15).

O currículo, portanto, é um espaço de negociação cultural, em que agentes como professores, estudantes, gestores da educação e comunidade deve participar ativamente da construção de sentidos inerentes ao desenvolvimento e ao entendimento do currículo. Essa perspectiva nos leva a compreensão que o currículo é um projeto que busca articular a técnicas, os conteúdos com a práticas, por meio de uma metodologia com

o propósito de desenvolver resultados que possa favorecer as instituições, bem como o sujeito que está inserido em um contexto sociocultural.

Mostra-se convergente a *Base Nacional Comum Curricular*, com o *Documento Curricular Referencial da Bahia*, quanto ao papel essencial que deve ser realizado pelos professores, no processo de auxiliar os estudantes a assumirem uma postura crítica e autêntica no ambiente escolar, bem como a viabilidade do mesmo levar esta criticidade para além das salas de aula, uma vez que, tanto os discentes como os docentes estão inseridos em um contexto social repleto de excessos de informações, que em sua grande maioria e em diversas situações não geram um conhecimento construtivo, qualificado e útil na vida dos mesmos.

Compreender os desafios encontrados pela maioria dos cidadãos brasileiros, nos revela quão desigual é o entendimento do currículo em suas classes devido à diversidade cultural e ao acesso à própria educação que lhes são oferecidas. Mas, diante deste cenário, devemos estar empenhados e motivados a propor tanto uma reflexão, bem como uma práxis que contribua para um rompimento da inércia comum a muitos entes que estão a frente da transmissão do conhecimento. 152

Um passo importante efetuado pelo Estado da Bahia no que se refere a educação foi a elaboração *Documento Curricular Referencial da Bahia* (DCRB). Este documento é uma normativa estadual que visa orientar o sistema, as redes e as instituições de ensino da educação em todo o estado com o objetivo de proporcionar uma educação que assegure e respeite a cultura de seu estado.

A este respeito a normativa estabelece uma prática pedagógica como um instrumento que viabiliza a compreensão de uma construção social que dialoga com a história e a cultura local, possibilitando uma reflexão que contextualiza a vivência e os saberes locais para um ganho educacional. Esta perspectiva educacional aproxima não só o DCRB, com a BNCC, ela faz a mediação do currículo institucional com as experiências concretas vividas no dia-a-dia, na relação dos estudantes com seus professores e com a sua comunidade.

Assim, o propósito da Base Nacional Comum Curricular, bem como o *Documento Curricular Referencial da Bahia*, visar “estabelecer

um parâmetro que possa oferecer conhecimentos, competências e habilidades, de maneira acessível a todos os educandos que fazem parte da rede de educação, de forma inclusiva e que seja justa para o processo de formação, atendendo aos princípios éticos e democráticos”.

5. CURRÍCULO COMO PRÁTICA TRANSFORMADORA

Não basta pensar, é necessário o agir prático! Se para Sacristián é nas relações sociais, políticas e culturais que o currículo se desenvolve faz-se necessário e urgente debruçarmos novamente sobre a natureza do currículo e suas práticas tendo a consciência que este não pode ser visto apenas como um produto final ou acabado a ser transmitido em sala de aula. Ele deve ser abraçado como um processo vivo e cheio de potencialidades a ser realizado no cotidiano das instituições de ensino.

Essa realidade requer uma atitude transformadora. Nesse sentido, o modo de pensar de Paulo Freire volta a nos provocar para uma revolução, na qual o sujeito possa ser o agente transformador de sua própria jornada, consciente de suas escolhas, bem como compreendendo que o processo educacional que é dado ao seu conhecimento possui uma dualidade em que o currículo possui um texto oficial a ser seguido como base orientadora, mas o mesmo currículo também possui uma base de vivências e ressignificações dentro dos ambientes de ensino que muda conforme a realidade própria de suas comunidades.

153

A verdadeira revolução, cedo ou tarde, tem de inaugurar o dialogo corajoso com as massas. Sua legitimidade está no dialogo com elas, não no engodo, na mentira. Não pode temer as massas, a sua expressividade, a sua participação efetiva no poder. Não pode negá-las. Não pode deixar de prestar-lhes conta. De falar de seus acertos, de seus erros, de seus equívocos, de suas dificuldades (FREIRE, 2016, p. 200).

A convergência do pensar de Freire para com o pensar de Sacristán, vão se complementar na perspectiva de entender que é preciso pensar o currículo também como uma ferramenta de emancipação que contribua para que o indivíduo de fato tenha acesso a possibilidades que faça

manifestar suas potencialidades. Pensar o currículo como um mecanismo de emancipação e não apenas de adaptação ao que é pensado para o sujeito.

Esta relação nos permite refletir sobre a compreensão de Sacristán, uma vez que o autor em sua obra aprofunda um longo comentário sobre a vivência do indivíduo no processo educacional, bem como a importância de proporcionar, de forma prática, mecanismos educacionais que possibilite o desenvolvimento crítico do estudante de modo a lhe garantir uma participação que valorize sua autonomia.

Planejar a prática é algo mais amplo que atender aos objetivos e conteúdos do currículo, porque supõe preparar as condições de seu desenvolvimento, uma vez que também se atende a este. É concretizar as condições nas quais se realizará o currículo, e isso supõe estabelecer uma ponte para moldar as idéias na realidade, um elo que liga as intenções e a ação. De acordo com as idéias que orientem essa ponte, o processo de ensino e de aprendizagem pode variar consideravelmente (SACRISTÁN, 2000, p. 282).

154

O processo construtivo e norteador do currículo em Sacristán torna-se possível na prática, quando o professor assume sua postura de autoridade tomando decisões e ofertando aos discentes um conteúdo propício à aprendizagem, contextualizando a sua realidade de forma que ele se perceba como agente participativo no desenvolvimento coletivo do conhecimento.

Entender, que os ambientes educacionais não podem ser vistos, apenas como lugar de repasse de informações, e sim como, o meio pelo qual o conhecimento é transformador, inclusivo e potencializador na vida de todos os entes envolvidos no caminho e no acesso do saber, nos leva a crer que este é um dos primeiros passos para o amadurecimento de uma perspectiva em que a educação bem como o olhar sobre o currículo seja de fato socioeducativo.

A reflexão sobre o currículo revela que o mesmo envolve uma construção social, cultural e política que transcende as salas de aula. Fica evidenciado que um dos maiores desafios quanto a sua construção se

concentra na esfera do equilíbrio no que diz respeito às normas práticas e as normas técnicas, visto também nos esforços estabelecidos por meio da *Base Nacional Comum Curricular*, e do *Documento Curricular Referencial da Bahia* que visam à garantia de direitos iguais no processo educacional.

6. CONCLUSÃO

A compreensão do currículo, bem como a relação da *Base Nacional Comum Curricular*, com o *Documento Curricular Referencial da Bahia*, buscam uma articulação em que seja viável o desenvolvimento de competências que permitam a autonomia intelectual, cultural e histórica, que sejam capazes de problematizar suas experiências, contextualizando a suas realidades, a suas vivências e que são muito particulares, e que se distinguem a depender da sua localização dentro de um país que possui dimensões continentais com uma pluralidade cultural imensa.

Este processo contínuo de desenvolvimento traz consigo um repertório cultural, reflexivo, que exige um olhar de respeito e não de autoritarismo, uma perspectiva de inclusão e não mais de dominação. Enxergar o outro, como parte essencial do desenvolvimento do saber, permitindo-lhe posicionar-se ativamente, inverte a lógica de darmos mais atenção à reflexão e partirmos para uma prática inclusiva. 155

A perspectiva que Sacristán desenvolve sobre a prática do currículo nos mostra, que o mesmo traz consigo um caráter sociopolítico, que compõe uma serie de possibilidades e de fatores que não podem ser minimizados, uma vez que, fazem parte de um todo, de um mesmo cenário. Para compreender o currículo é necessário refletir sobre os discursos voltados sobre a inclusão, sobre cidadania, política, cultura e diversidades.

Pensar a natureza do currículo nos possibilita refletir que este não pode ser pensado apenas como uma ferramenta pedagógica, inserida em um contexto social ou político, ele é muito mais amplo e complexo, pois pode atuar tanto como um instrumento de poder e submissão, como pode também ser trabalhado como um mecanismo de emancipação e consciência crítica a depender de como for utilizado.

Logo, a natureza do currículo é levar os indivíduos a pensarem em uma sociedade que possa desenvolver suas potencialidades de maneira que atenda às necessidades da sociedade em que está inserido. De modo a organizado, garantindo conhecimento de qualidade acessível a todos. Cabendo aos agentes inseridos no processo educacional, articular meios que permitam aos estudantes compreenderem as relações que lhes cercam, proporcionando uma troca de conhecimentos que enriqueça não só o conhecimento acadêmico, mas que desenvolva uma maturidade sociocultural que é próprio do ser e faz parte da vida de todos.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Ideologia e currículo. 3. ed Porto Alegre: Artmed, 2006

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

<http://dcrb.educacao.ba.gov.br/>

ROMILSON LUZ VIEIRA

<http://lattes.cnpq.br/0371865523151586>

156